

BRASIL: O CATOLICISMO DIANTE DO LIBERALISMO – 1942-1948

Alexandre José Gonçalves Costa*

Há consenso entre os estudiosos da história da Igreja católica no Brasil na identificação do Centro Dom Vital como o principal núcleo intelectual católico da primeira metade do século XX, movimento esse que teve em Dom Sebastião Leme seu idealizador e coordenador. A criação do Centro, em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, consistiu em uma tentativa do hierarca em reverter o afastamento – quando não a hostilidade – de boa parte da elite pensante brasileira em relação à Igreja. O grupo estruturou-se sob a liderança do convertido Jackson de Figueiredo objetivando por fim ao suposto divórcio entre a nação católica e o Estado laicista. Através da revista *A Ordem*, os intelectuais nucleados no Centro polemizaram contra o pensamento secular, ao mesmo tempo em que afirmaram como principal tarefa política do militante católico o trabalho pelo “contrário da revolução”, pela identificação da autoridade constituída com a ordem. Tributária do pensamento contra-revolucionário europeu do século XIX, a doutrina da ordem difundida pelos católicos capitaneados por Jackson era visceralmente antiliberal, autoritária, moralista, antilaicista e nacionalista.

Essa orientação, nuançada, atravessa toda a década de 1930. É com júbilo que *A Ordem* (Registro, 1939, p. 90) noticia a capitulação de Madrid e a vitória das forças falangistas em Espanha. O desejo é que a Espanha falangista seguisse o caminho do “pequeno Portugal [...] que, fugindo aos moldes liberais, do Estado, não ingressou na heresia totalitária”.

Neste momento, o modelo de *A Ordem* é a ditadura salazarista – na qual a Igreja desfrutava de “ampla possibilidade de movimento” –, experiência em sintonia com a crítica de Alceu Amoroso Lima de que “a esperança de Maritain na democracia norte-americana é pelo menos prematura”.¹ Lado a uma admiração extrema, e ressalvados os “equivocos” do tomista, percebe-se uma ambigüidade que sugere um *sentire cum Ecclesia* interpretado no diapasão da ambigüidade da própria Igreja. Porém, desta feita, conotativo de um momento crítico da transição no qual compreende-se que o correr dos

acontecimentos será determinante na escolha da Igreja frente à indefinição dos rumos do Ocidente.

Morto o cardeal Leme, em 1942 – e vago o lugar de dirigente da Igreja no Brasil até a criação da CNBB, em 1952 –, acentua-se a influência de Jacques Maritain sobre o grupo, particularmente de seu livro, de 1936, “Humanisme Integral”, obra síntese de um projeto, posteriormente desenvolvido em outros trabalhos do filósofo tomista, de aproximação da doutrina político-social católica à democracia, ou, no dizer dele, de “reconciliação da democracia com as suas fontes cristãs”, projeto cuja ortodoxia estaria garantida pela autoridade de Tomás de Aquino.

A recusa total tanto da “heresia marxista” quanto do “reino do mal” nazista é acompanhada por uma aproximação crítica do liberalismo, por este compartilhar, com o marxismo, “da mesma herança racionalista”, da mesma indiferença e desprezo pelas coisas da alma, do mesmo apego à ordem terrestre e confiança ilimitada na capacidade humana, como se “a ordem e a justiça sobre a terra pudessem ser instauradas por meios exclusivamente naturais”; “é a mesma teoria orgulhosa do progresso”. Mas, há uma diferença fundamental, que motiva os católicos maritainianos a realizarem a aproximação a “essa democracia eivada de todos os erros, prenhe do mesmo orgulho que gera o totalitarismo, mas que tem, ao menos, essa virtude de ser indeterminada.” (Lage, 1942, p. 17)

Aquilo que antes era motivo de inquietação, de desconforto por parte do católico, dado seu apego à ordem, à constância, à estabilidade, o caráter imprevisível, instável, indeterminado da democracia liberal, é agora, em um momento de crise profunda da civilização ocidental, quando um mundo parecia se acabar, erigido em virtual virtude, por colocar, para o católico, a possibilidade de “desviar o curso dos acontecimentos, ao passo que, do outro lado, eles já possuem a inevitabilidade das conseqüências perfeitas (...), já inauguraram o Milênio [e esse] Milênio (...) não traz a nossa marca, a marca do Reino.” (Lage, 1942, p. 17)

Não que haja conviência com “a máquina sinistra e anacrônica do liberalismo”. A aposta não é naquilo que a democracia liberal “tem de positivo, mas pelas virtualidades que ainda contenha”, por ser ainda possível sua “reconciliação com o cristianismo”. Para o maritainiano, na democracia – ao contrário do totalitarismo, que já havia instituído o Um na história – o destino do homem ainda permanecia em aberto, possível ainda fazê-lo voltar ao reto curso, sem o que, necessariamente, terminaria em alguma forma de

totalitarismo, num fim último, em uma vitória que não seria de Deus, mas “de uma classe, de uma raça ou de um partido”, de uma parte, “e como a parte não contém de si um princípio de integração só lhe resta devorar, destruir tudo o mais”. (Lage, 1942, p. 18)

Talvez a esperança do católico, por paradoxal que pareça, estivesse justamente no fato de a democracia estar instaurada sob o signo da divisão e, portanto, do conflito, em simetria com a natureza humana, também colocada sob o signo da divisão, do conflito, da corrupção e da morte – mas não só, há como que, na concepção maritainiana, uma perfectibilidade em potencial embutida na natureza humana –, campo fértil para a atuação do “fermento evangélico”.

Em março de 1944, *A Ordem* registra os 10 anos de existência de “O Diário”,² e elogia a “coragem cristã” do “órgão irmão” por, em editorial, ter feito um *mea culpa* referente à sua posição quando da “ocupação da Abissínia pelos fascistas e na guerra civil espanhola”. No mesmo registro, nenhum comentário em relação à hierarquia, mas sim à “rede de mentiras”, à influência de uma “multidão de homens de prestígio e honorabilidade”. Também *A Ordem*, em momento algum, irá reconhecer seu “erro”. Toda a responsabilidade pelo posicionamento passado será assumida por Alceu A. Lima.

Os novos, particularmente Fábio Alves Ribeiro, Gustavo Corção – que começaram a escrever em *A Ordem* em 1939 – e Alfredo Lage – em 1941 –, serão implacáveis com o “reacionarismo político”. Ou seja, com a “aceitação de tudo quanto signifique anti-comunismo, a desconfiança em face das idéias de liberdade e democracia”, com “o entusiasmo pelos mitos da latinidade, hispanidade, ‘tradição’, e pelos lemas que as direitas de todos os matizes sabem habilmente explorar - como ‘defesa do Ocidente’, ‘cruzada cristã contra o bolchevismo’, ‘Deus, Pátria, Família’ etc.” –; ainda, com “algumas das realidades nefastas que dominaram a maioria dos católicos do Brasil [...] e do mundo inteiro, e até mesmo muitos eclesiásticos, poderíamos acrescentar” (Ribeiro, 1944, p. 29).

Nenhuma referência à não condenação e ao contorcionismo verbal de Pio XI ao tratar da invasão da Abissínia (1935), dizendo coisa alguma, ou ao explícito apoio de Pio XII às tropas falangistas de Franco – que foram recebidas em audiência em 1939. São os novos, porque têm legitimidade, que assumem a tarefa de exorcizar os demônios do passado. Curiosamente, eles é que trabalharão, na década de 1950, por uma guinada do Centro Dom Vital à direita; Gustavo Corção (1939), Alfredo Lage, Gladstone Chaves de Melo (1946) estarão juntos na fundação do grupo “Permanência” e no apoio ao golpe na década de 1960.

Todo trabalho de atualização é acompanhado por uma revisão das posições antes assumidas. Ocorre uma espécie de acerto de contas interno. O engajamento dos católicos “vitalistas” na UDN – e mais particularmente na Resistência Democrática –, percebida como agremiação dos “democratas brasileiros” e antítese da ditadura do Estado Novo, sinaliza tanto para o distanciamento com a ditadura e posições autoritárias quanto para a ruptura com aqueles católicos que por suas posições políticas presentes atualizavam a recente aliança. Trabalho de purgação que encobre o compromisso passado, agora repudiado no pecador particularizado, “vencido” pelo fato, pelos acontecimentos,³ mas que persiste em lembrar o vínculo, em se dizer católico e partidário de Plínio, de Franco ou de Getúlio. Daí a irritação dos novos, de Alfredo Lage (1945, p. 173), que chega à violência verbal:

O que fora um equívoco lamentável transformou-se numa contradição gritante. Ignoro os cambalachos íntimos com que numerosos católicos acomodaram o Evangelho com a cupidez burguesa, o ódio reacionário e o ressentimento que fermentavam no fundo de suas consciências. O que importa saber é que esses homens testemunharam publicamente, e mais ainda falaram como se sua doutrina fosse a doutrina autorizada da Igreja. Nesse tempo vivíamos em plena repressão policial da democracia e do comunismo, o general Franco fazia suas matanças em nome de Deus e já desfilavam por nossas ruas as turmas de espancamento do integralismo. [...] O debate mais acerbo que hoje divide os homens em matéria de ideologia política não é o que se trava entre esquerda e direita, mas o que os católicos sustentam contra os católicos. É um fato que há muito já transpôs os recintos das sacristias. Digam-no aqueles que difamavam nossos mestres nos jornais que se vendem aos domingos nas portas das igrejas. Não foi nenhum de nós que tornou pública uma divergência que de resto nunca pretendemos que tivesse senão um alcance essencialmente político. Ao defendermos Maritain e a democracia, falamos como intelectuais, filósofos e cidadãos. Os baixos escribas que dejetam contra Maritain o ódio fermentado em suas almas devoradas pela inveja, no estilo untuoso e abjeto com que redigem as cartas anônimas que o presidente da Ação Católica tantas vezes tem recebido, são os mesmos que pretendem falar a linguagem da teologia, convencer Maritain de heresia e impedir Bernanos de receber os sacramentos. Não lhes basta intrigar, mentir, insultar, caluniar. Querem que acreditemos que fazem tudo isso ‘ad majorem Dei gloriam’ e que o mais puro zelo pela ortodoxia é que os leva, de resto ineptamente, a citar o “Syllabus”. Por quem nos tomam esses falsários? A luz do ódio não basta evidentemente para iluminar o cérebro de um imbecil.

Alceu A. Lima dá suas “explicações pessoais” e fala de “confusão” – teria transferido o apego à autoridade de Deus “como fundamento espiritual da verdade religiosa” para a adesão ao princípio da autoridade “como elemento formal do bem comum”, o que implicou levar para “o terreno político o que era válido, exclusivamente,

para o terreno religioso” –, mas também faz referência às circunstâncias, à conjuntura vivida. Essas “explicações” são de 1947 e causam certa perplexidade não pelo que declaram, mas pelo que silenciam; afinal, se a simpatia e o apoio informal ao integralismo ocorreram de fato, também é verdade que Alceu em nenhum momento permitiu ou foi conivente com o princípio maurrasiano do *politique d’abord*. Seu conselho à época: os católicos – sem postos de direção em associações católicas – devem se filiar ao integralismo e nele militar, desde que mantenham a primazia de sua consciência católica. Também na década de 1930, não deixou de fazer crítica contundente à “concepção totalitária da vida” do integralismo, Alceu instaurava a ambigüidade no cerne de seu discurso: aconselhava-se algo que se sabia – e se explicitava – não aconselhável. Ou melhor, a validade do conselho pressupunha uma mudança substancial no objeto do conselho. Por que, em 1947, Alceu não foi fiel à sua posição de 1934?

É que no momento da atualização não há lugar para a ambigüidade; é um tempo de definição dos termos para os soldados da Igreja – e não para ela, bem entendido. Inclusive dos termos que caracterizam a posição abandonada, para reforço da atual. O *mea culpa* de Alceu A. Lima (1948, p. 58) é feito com alegria, porque ato de contrição no terreno da política que purifica:

Pois hoje estou convencido de que os católicos não deviam ter entrado no movimento [integralista] e a adesão que a ele deram está na origem de muitos mal-entendidos que hoje nos separam e muitos dramas de consciência que podiam ter sido a tempo evitados. Por que dei então aquele conselho, que foi em tempo tão gostosamente recebido pelos dirigentes da A. I. B.. É que laborava eu, naquele momento, na confusão [...] entre Autoridade, como fundamento espiritual da verdade religiosa, e Autoridade como elemento formal do bem comum. E como aquela é primacial na concepção católica da verdade – pois cremos em virtude da autoridade de Deus e não de nossa inclinação sentimental pela Fé – transportei para o terreno **político** o que era válido, exclusivamente, para o terreno religioso. Daí o **autoritarismo** político a que me deixei arrastar, mesmo depois de convertido, em virtude dessa confusão e de certa influência maurrasiana que tinha sofrido em Paris, em 1913, quando Maurras e Daudet empolgavam a mocidade de então, para a revolução reacionária, anti-republicana, anti-burguesa e anti-plutocrática. [...] No momento [...] só me deixei levar por três coisas – o perigo comunista, já latente antes de novembro de 1935; o lamentável burguesismo dos partidos liberais dominantes e o verniz cristão do fascismo brasileiro. Daí o mau conselho que dei, pela “A Ordem” a muitos que hesitavam embora já então não silenciasse – “a sua concepção totalitária da vida” [...] e colocasse de passagem o integralismo, como modalidade de concepção fascista.

No discurso daquele momento, 1947, não havia lugar para o convívio do “*desassombro das brigadas de choque integralistas que pagam com seu sangue a luta contra o comunismo*” com “*o ambiente de heroicidade militante que retrai a consciência católica e que passa a ver a Ação Católica como inoperante e efeminada*. (Ataíde, 1935, p.10). O tempo é *das turmas de espancamento do integralismo*.

É um novo, Fábio Alves Ribeiro, quem explica melhor a posição autoritária de Alceu – e do Centro – como resultado do tempo vivido; *as circunstâncias da época* explicando o *entusiasmo de tantos católicos pelos integralistas e pelos movimentos direitistas e reacionários, como os de Salazar, Franco e Dollfuss, e até mesmo uma certa simpatia pelo nazismo, pelo fascismo e pela “Action Française”* e, na mudança de posição, o peso da diretiva pontifícia de 1926, que condenou Maurras e seus adeptos. Ao encarecer a importância da condenação da *Action française* e lamentar a ausência de reprimenda análoga no Brasil estava implícita uma crítica a Dom Sebastião Leme.⁴

Há todo um cuidado em não comprometer o nome da revista. Afinal, continua se chamando *A Ordem*. As negociações de D. Leme com Getúlio, de Leonel Franca e Alceu com Capanema, o silêncio imposto a Sobral Pinto, as sinalizações de Pio XI e de Pio XII em relação aos fascismos não são mencionadas. Enfim, o movimento geral da Igreja de aproximação aos governos de direita é esvaziado de seu sentido comum, do *sentire cum Ecclesia*, para ser particularizado no *grupo*.

Ao responsabilizar o ambiente autoritário da época pelo reacionarismo católico, Fábio Ribeiro (1946, p. 107) exime a Igreja de qualquer responsabilidade. Sempre seus agentes bem intencionados ou sujeitos ao *ambiente de domínio*, são os responsáveis pelos *erros*.

Hoje é fácil acusar de reacionarismo esse grupo. Devemos, porém, reconhecer que os erros em que Jackson de Figueiredo e seus continuadores caíram eram, a bem dizer, inevitáveis. A elite intelectual católica francesa tinha passado por uma fase semelhante; os desvios do modernismo teológico e político, condenados nos primeiros anos do século, impeliram as inteligências jovens para o lado oposto, o do ‘classicismo’ nacionalista e reacionário de Maurras. Maritain foi um dos que simpatizaram com a Action Française e é admirável a simplicidade com que ele reconheceu esse erro. A condenação de Maurras pela Igreja em 1926 foi o choque providencial que abriu os olhos aos católicos franceses. E quando o fascismo chegou com as suas mentiras e imposturas, Maritain e seu grupo salvaram a honra dos católicos desmascarando todas as manobras despudoradas do partido pró-fascista internacional: ‘defesa da civilização cristã e ocidental’ na guerra da Abissínia, guerra ‘santa’ da Espanha, etc. [...] Os católicos brasileiros que

se deixaram levar pelos aspectos parciais e aparentes do integralismo, não tiveram nenhum choque como a condenação de Maurras para chamá-los à realidade. A mudança foi se dando aos poucos. Começou em 1937, quando os jornais integralistas e monarquistas cobriram de baixos insultos Maritain, Tristão de Ataíde e os moços da revista universitária ‘Vida’. E acabou no decurso desta guerra terrível, em que a maldade infernal do totalitarismo pode se revelar sem véus. Hoje os católicos que conheceram Jackson de Figueiredo e os que vieram depois, não são ‘católicos comunistas’, como apregoa a má fé daqueles que deixaram morrer em seus corações o amor da justiça e da verdade. O que eles querem é que a caridade do Evangelho habite no coração dos homens e se objetive em realizações temporais concebidas na linha dos princípios eternos do cristianismo.

É um momento em que ocorre uma *disputa* por Jackson de Figueiredo, entre antigos companheiros de pena. Toda a intolerância – “tinha horror às meias verdades, votava um ódio implacável à mediocridade” –, radical anti-liberalismo – “batia-se furiosamente contra as idéias revolucionárias e liberais de procedência maçônica que narcotizavam meio mundo” –, defesa irrestrita da ordem – “inimigo de morte da Revolução” – são mencionadas na formulação da denúncia de traição.

Mas que diria Jackson de Figueiredo se ressuscitasse e viesse encontrar o seu nome invocado pelos adeptos desses falsos anti-liberalismos que coexistem com o liberalismo religioso de um vago pan-cristianismo ou um espiritualismo inconsistente? Ele transformaria novamente a sua pena naquela mesma espada de fogo que brandira contra certos católicos liberais, ignorantes do “Syllabus”. E haveria de, com ela, desferir golpes certos sobre esses liberais que se ignoram ...⁵

Já Alceu A. Lima (Ataíde, 1946b, p. 147) invoca o Jackson “solitário, incompreendido e suspeito” que “foi e continua a ser deturpado em seu pensamento e em seu exemplo”. A força da argumentação reside na atualização do próprio Jackson, numa espécie de transposição analógica de sua atuação na década de 1920 para a atuação de seus sucessores na década de 1940. Jackson surge então como “renovador”, construção *a posteriori* a precisar definir o tal *Brasil moderno*, do qual ele teria sido um dos pioneiros.

Nós não queremos imitá-lo servilmente. Não devemos repetir apenas o que ele fez. O melhor meio de servir à sua memória é dar vida às suas obras e colocá-las em condições de fazer pela Idade Nova, com os seus novos problemas e seu novo espírito em que febrilmente se prepara para a terceira e mais trágica das guerras mundiais, o que ele conseguiu fazer no outro após guerra, ao renovar o espírito do catolicismo brasileiro, e ao consagrar-se junto a Mário de Andrade e Siqueira Campos como um dos três maiores pioneiros do Brasil moderno.

É a isso que estamos chamando a nossa campanha dos Jubileus. É por isso que apelamos sem ressentimentos nem partidarismos para os homens de boa vontade, que saibam compreender a palavra de Jesus Cristo: “Qui enim non est adversum vos, pro vobis est” (Luc. IX, 50). Quem não for contra nós é por nós.

Outra disputa se dá em torno da definição, ou melhor, caracterização da “verdadeira democracia”, em que o *quadro evangélico* também é colocado a vista.⁶ No *ambiente de domínio* do pós-guerra, difícil sustentar um discurso de apoio explícito ao regime autoritário. O próprio Pio XII sinalizou, tanto na rádio-mensagem do natal de 1942,⁷ quanto na do natal de 1944, com toda a ambigüidade própria aos pronunciamentos papais, que o tempo era da democracia.⁸ O recurso do adversário interno, a exemplo de Mendes Pimentel (1945, p. 545), será explicitar o fato de a democracia *estar na moda*, invocando a doutrina tradicional de que outros sistemas podem ser tão bons quanto, ou até melhores, desde que subordinados à religião; desde que cumpram “os preceitos cardeais da lei divina e da lei natural que o catolicismo formula e que a lei humana, para ser acertada e justa, deve reproduzir, no que for de sua competência”.

E tenhamos a coragem de reconhecer que, sem embargo do descrédito que hoje as envolve, por estarem fora da moda, outras formas de organização social, já experimentadas ou não pela humanidade, ainda que diversas da democracia, poderão também, desde que orientadas por aqueles princípios, assegurar aos povos, conjuntamente, a liberdade e a ordem, a dignidade pessoal dos seus membros e a prosperidade da nação.

Mas, é um *antigo do grupo*, Perilo Gomes⁹ – que dele não saiu e que até a sua morte manterá uma posição crítica em relação à mudança, sempre contrabalançando à adesão a Maritain, a adesão à tradição, a atitude de respeito à *estrada percorrida pelos antepassados*, respeito a “certos princípios fundamentais e certas realidades sociais, como a unidade, a paz, a ordem, a autoridade, a independência dos poderes temporal e espiritual, as relações entre Igreja e o Estado” –, quem melhor explicitou as posições em campo e o que as sustentava. Sua argumentação nos desvela o cerne do pensamento católico arraigadamente conservador e seu dualismo, que não concebe trânsito entre um *e* outro, mas sim afirma a oposição do *ou*.

Para Perilo Gomes (1946, p. 97), ao se insurgir contra aqueles princípios, Maritain fere

muitos hábitos de pensar e de sentir, demasiado arraigados,[...]. Assim por exemplo, ele não quer admitir contradição de oposição entre liberdade e autoridade, direitos do homem e direitos de Deus, direito de

crítica ao governo e majestade do poder, igualdade e elite, pluralidade partidária e unidade nacional, aristocracia e democracia.

Muitos nos colocamos em situação diversa. E é natural que os que somos feridos em tais convicções inclinemo-nos a julgar demolidora e sediciosa sua posição perante tais problemas.

É admirável a sinceridade e objetividade certa da análise que nos diz de uma perplexidade com a mudança no próprio campo católico, mudança súbita, sem referência concreta para o termo, que leva à incompreensão do mesmo e de seu significado; são os adjetivos a ele apostos que podem trazer certo conforto, mas a artificialidade da adesão não deixa de se insinuar.

Em quantos de nós, a simples enunciação da palavra democracia transtorna e azeda o humor, desperta sentimentos de desdém ou de revolta?

Ainda há pouco tempo um dos nossos, certamente com o intuito de acirrar ainda mais contra ela a nossa fácil indignação, apresentava a paixão e morte de Cristo como conseqüência de uma sedição democrática.

Nós não sabemos, em via de regra, fazer a distinção entre a verdadeira e a falsa democracia; entre a democracia revolucionária, demagógica e pagã, e a democracia de que tratam as encíclicas, de que falou recentemente o Santo Padre Pio XII, isto é, a democracia orgânica, pacífica e cristã.

Perilo Gomes também revela-nos a diferença entre atualizadores e conservadores em um ponto importante, a saber, nas leituras do tempo vivido e, embasando-as, de concepções da história divergentes. E, ao fazê-lo, desnuda um fator fundamental para as chances da atualização, do convencimento da necessidade da troca da “terapêutica enérgica de praxe”: o tempo vivido tem de ser apresentado com único, inédito, singular, sentido preciso do novo. *Eclesiastes* tem de ser relido: “tudo é novo sob o sol”¹⁰

Há ainda [...] um grave desajuste entre as idéias de Maritain e as de tantos de nós, que procede, segundo já dissemos, da maneira de encarar a crise do nosso tempo.

Ele, ao que se nos afigura, sem ser derrotista, tem a convicção de que as duas últimas guerras vieram precipitar o processo de bancarrota da nossa civilização aburguesada e capitalista, enquanto muitos de nós nos apegamos à ilusão de que, no seu aspecto geral, a civilização é invulnerável e mesmo defensável.

Acaso não se diz dela que é civilização cristã?

Para Maritain, segundo depreendemos de suas palavras, estamos diante de uma crise de estrutura que se não pode resolver sem uma profunda transformação da realidade humana, política e social; que pede como ele próprio disse, “uma reinvenção da ordem social”, ao passo que para tantos dos que o contradizem, atravessamos apenas uma crise cíclica,

provavelmente mais vasta e mais ruidosa de quantas já registrou a História, que pede simplesmente, ainda uma vez, a terapêutica enérgica de praxe em tais circunstâncias, ou seja, a autoridade forte, discricionária mesmo, que restabeleça a ordem sem o estorvo das limitações dos direitos da pessoa humana, impondo a lei do Estado como regra suprema, sem hesitar no recurso às soluções radicais; que nos faça recomeçar a trilhar a estrada percorrida pelos nossos antepassados.

Essas discordâncias só são possíveis em razão da “inigualável liberdade”, como dizem Alceu e Corção naquele momento, que a Igreja concede aos fiéis no terreno da política. A Igreja, no trabalho pela sua continuidade, nutre-se dessa variedade. Ela tem a guarda dos *exempla*, das atitudes que edificam sua permanência, inclusive dos que se equivocaram, daqueles que não souberam ler os sinais, mas que trabalharam por ela. Ela tem a guarda dos caminhos inescrutáveis da Providência, da fecundidade da história. Solta seus militantes, à esquerda e à direita, ao mesmo tempo em que critica o absentismo, o indiferentismo; estimula pelo silêncio e pela ambigüidade dos pronunciamentos a vanguarda de seu exército, mas atenta aos limites da *justa* liberdade. Como diz Corção (1947, p.66) :

Todos nós somos Igreja. Se se refere à hierarquia, isto é aos bispos e seus auxiliares, não tenho títulos para responder por eles. [...] Há entretanto um ponto que convém notar: não é fácil tirar conseqüências práticas do dogma. [...] Por isso, é possível que em algum ponto nossas conclusões tenham a deficiência de nossas deficiências como também é possível que um bispo acabe de pregar o Evangelho ou de ler uma encíclica e saia a recomendar um candidato de Getúlio. Sabendo embora que o comunismo está condenado nem sempre atina com as conseqüências, e recomendações totalitárias na convicção de que está combatendo o comunismo. A nós, leigos, cabe nesses problemas uma tarefa especial: a do soldado que avança até os limites onde não convém expor a majestade do rei. Cabe-nos a audácia, que oferecemos piedosamente à Santa Igreja para que ela a torne sua ou nos ensine.

BIBLIOGRAFIA

- ATAÍDE, Tristão de. Catolicismo e integralismo - II. A Ordem, jan/1935, pp. 9-12.
- ATAÍDE, Tristão de. Lições de 2 de dezembro. A Ordem, jan/fev 1946a, pp. 111-112.
- ATAÍDE, Tristão de. A campanha dos Jubileus. A Ordem, ago/set 1946b, pp. 147-149.
- CAMPOS, Mário P. de (org.) Estudos sobre Jacques Maritain. Recife: Tradição, 1944.
- CORÇÃO, Gustavo. Transcrições. A Ordem, fev/1947, p. 66.

GOMES, Perilo. Da mal-querença a Maritain. *A Ordem*, ago/set 1946, pp. 94-97.

LAGE, Alfredo. O Sentido Apocalíptico da História. *A Ordem*, jun/1942, pp. 17-18.

LAGE, Alfredo. A voz dos católicos. *A Ordem*, out/nov 1945, pp.172-173.

LIMA, Alceu A. Registro. Ecos do Congresso de São Paulo. *A Ordem*, out/1942, p. 72

LIMA, Alceu A. Explicações pessoais. *A Ordem*, jan/1948, pp. 58-59.

LIMA, Alceu Amoroso. Memórias Improvisadas. Diálogos com Medeiros Lima. Rio de Janeiro: Vozes/Educam, 2000, p. 190.

MACEDO, Ubiratan Borges de, Liberalismo e Justiça Social. São Paulo: Ibrasa, 1995.

MATOS, Henrique Cristiano José de. Bonus Miles Christi: um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MENDES PIMENTEL. Democracia sim, - mas no catolicismo. Vozes de Petrópolis, jul/ago 1945, pp.545-547.

REGISTRO. Fim da guerra na Espanha. *A Ordem*, abr/1939. pp. 89-90

RIBEIRO, Fábio Alves. Um retrato de Maritain. *A Ordem* ago/1944, 29-30n.

RIBEIRO, Fábio A. Tristão de Ataíde e o Integralismo. *A Ordem*, jan/fev 1946, pp. 107-108.

SOUZA, J. P. Galvão de. Jackson, o campeão do anti-liberalismo. Vozes de Petrópolis, jan/fev 1949, pp. 99-100.

*Doutor em História pela Unicamp, professor da FHA/ISEAT, em Ibité/MG.

¹ Trecho de uma crítica de Tristão de Ataíde – “Maritain e a civilização em perigo” – ao livro “Le Crepuscule de la Civilisation” de Jacques Maritain, publicada originalmente em junho de 1939, e reproduzida em CAMPOS, Mário P. de (org.) *Estudos sobre Jacques Maritain*, Recife: Tradição, 1944, pp. 60-62.

² O jornal mineiro foi criado por D. Antônio dos Santos Cabral e por ele controlado em seus anos de existência (1935-1956). MATOS, Henrique Cristiano José de, *Bonus Miles Christi: um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, pp. VIII a X; 126-129; 436-438.

³ “Nem nos move o mais leve intuito de represália contra os nossos irmãos em Fé, iludidos pela propaganda autoritária, conservadora, tradicionalista e fascista. O que nos move é o amor da Verdade e a consciência de que o maior inimigo da Cristandade, hoje em dia é precisamente esse espírito reacionário, dentro da Igreja, já hoje indesculpável depois da experiência histórica que acabamos de viver.” ATAÍDE, Tristão de, “Lições de 2 de dezembro”, *A Ordem*, jan/fev 1946, pp. 111-112. Transcrito de “O Jornal”, de 13/12/45.

⁴ “Conversando com Jackson a respeito desse acontecimento [condenação da Action Française], indaguei: – Se a Igreja no Brasil tolher sua liberdade de expressão, como católico de direita, o que você faria? Logo respondeu:

– Quebraria a pena, mas não sem certa melancolia.”

LIMA, Alceu Amoroso, *Memórias Improvisadas. Diálogos com Medeiros Lima*. Rio de Janeiro: Vozes/Educam, 2000, p. 190.

⁵ SOUZA, J. P. Galvão de, “Jackson, o campeão do anti-liberalismo”, *Vozes de Petrópolis*, jan/fev 1949, pp. 99-100. José Pedro Galvão de Souza, “filósofo e constitucionalista, tomista e tradicionalista, linha espanhola”

[MACEDO, Ubiratan Borges de, *Liberalismo e Justiça Social*. São Paulo: Ibrasa, 1995, p. 232], escreveu em *A Ordem*, de 1932 a 1935.

⁶ “[...] referindo-nos sempre aos desprevenidos que não alcançam o objetivo colimado por certos escritores políticos (católicos e mesmo não católicos) – sentimos nitidamente o quadro evangélico, traduzido pela conclusão: quem não está comigo, é contra mim.” OLIVEIRA, C. A. Barbosa de, “Catolicismo e Comunismo”, *Vozes de Petrópolis*, jul/ago 1945, p. 550.

⁷ A revista *A Ordem*, em abril de 1943, assim interpretou a mensagem, através de artigo assinado pelo Ministro de Estado da Bélgica, Franz Van Cauwelaert: “[...] não seria contrário ao espírito, à objetividade e à imparcialidade que o Papa deseja observar, se acreditássemos que ele quis atacar em muitos casos e de um modo especial as doutrinas e as práticas do nazismo, porque esta conclusão se deduz das situações estudadas e das expressões empregadas. [...] Pode-se exigir expressões mais claras para caracterizar o Estado nazista e, em geral, os países do Eixo? Pode-se duvidar, de boa fé, que a dependência e a escravidão nos ditos países sejam condenadas como contrárias à dignidade e aos direitos da pessoa humana?” CAUWELAERT. “Algumas reflexões sobre a última mensagem de Natal de S. S. o Papa Pio XII”, *A Ordem*, abr/1943 pp. 44; 49.

⁸ “Nós queremos, diletos filhos e filhas, aproveitar a festa natalina para indicar sob quais vias uma democracia, que corresponda à dignidade humana, possa, em harmonia com a lei natural e com os desígnios de Deus manifestados na revelação, alcançar benéficos resultados.” PIO XII, *Messaggio Natalizio*, Acta PII PP. XII, *Acta Apostolicae Sedis*, 1944, pp. 17-18. Para Alceu, “Só em 1944, é que Pio XII dissipa os últimos mal-entendidos, à luz dos princípios da lei natural e da experiência histórica. Na sua famosa alocução do Natal desse mesmo ano [...] Esse magnífico documento de 1944 veio dissipar os últimos mal-entendidos que durante um século se amontoaram entre a Igreja e a Democracia. Está hoje o problema posto em toda a sua nitidez. Está traçada aquela linha de absoluta incompatibilidade da democracia com o totalitarismo da esquerda ou da direita. Como iria dizer Pio XII no Natal de 1945, “o totalitarismo é incompatível com a verdadeira e sã democracia”. E esse é o regime que, nas circunstâncias atuais, melhor pode defender as liberdades individuais e coletivas, que toda ordem social sadia procura em todos os tempos, realizar.

⁹ Nasceu em Penedo (AL), em 1890. Um dos fundadores do Centro Dom Vital, foi colaborador de *A Ordem* até sua morte, em 1952. Ensaísta, funcionário consular do Itamaraty, escritor, foi membro da Comissão de Censura Cinematográfica, de 1935 a 1937. Escreveu, entre outros, “Penso e creio”, 1921; “Ensaio de crítica doutrinária”, 1924; “Jackson de Figueiredo, o doutrinário político”, 1926; “O laicismo”, 1927; “O liberalismo”, 1933; “O socialismo”, 1940; “Dom Vital”, 1943.

¹⁰ Como afirma LIMA, Alceu A. : Registro, “Ecos do Congresso de São Paulo”, *A Ordem*, out/1942, p. 72.